

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM ALAGOAS: políticas públicas educacionais em debate**

**Valdeck Gomes de Oliveira Junior**  
(SEDUC/AL)  
(deck.historia@gmail.com)  
**Valéria Campos Cavalcante**  
(UFAL)  
(valeria.cavalcante@penedo.ufal.br)

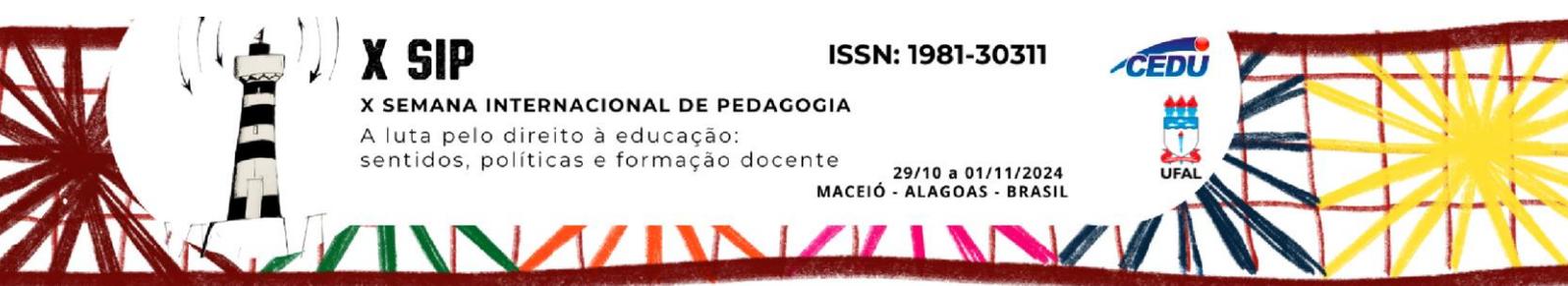
### **1 INTRODUÇÃO**

Esse trabalho traz como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena em Alagoas, buscando compreender os dispositivos institucionalizantes, que auxiliaram as escolas indígenas no estado de Alagoas na superação epistemológica, pedagógica, seus efeitos curriculares no sentido de (re)direcionar os *saberesfazeres*, referenciar a cultura, tradição e história nas instituições escolares.

A ideia é voltar à história para entender o percurso da educação escolar projetada para os povos indígenas particularmente em Alagoas, usando o recorte temporal delimitado, com o objetivo de aproximar o olhar desses povos para reconhecer o passado e as perspectivas para o presente e o futuro., como afirmam Oliveira e Candau (2010, p. 15), que

[...] a diferença colonial significa pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade na estruturação do mundo moderno/colonial, como forma de fazê-la intervir em um novo horizonte epistemológico transmoderno, ou seja, construído a partir de formas de ser, pensar e conhecer diferentes da modernidade europeia, porém em diálogo com esta.

Neste contexto, buscamos construir argumentações e problematizações para compreender os caminhos legais que expressam a relação Estado/povos indígenas de Alagoas, entendendo a importância de possibilitar que as vozes inauditas sejam



ouvidas, para romper com o silenciamento<sup>1</sup>, preencher as lacunas das memórias e da história dos povos originários, tendo a escola indígena como agência de afirmação, resistência e manutenção das memórias como meio de perspectivar a contemporaneidade e futuro

Entende-se que as óticas alternativas contribuem, sobretudo nas 17 escolas indígenas em Alagoas, dos 12 grupos étnicos, à necessária superação epistemológica e civilizatória perspectivando novos conhecimentos, que potenciam a pluriversalidade, a equidade epistêmica, para superar o colonialismo vigente.

Este trabalho busca contribuir com a produção científica em Alagoas acerca dos reflexos das políticas públicas destinadas às escolas indígenas para oportunizar debates, para (re)elaborar a educação escolar indígena em Alagoas. Estando essas questões postas, organizamos este escrito em 5 seções, seguido dos seguintes tópicos a saber: 1 Introdução, 2 Objetivos, 3 Metodologia, 4 Resultados e Discussão, 5 Considerações finais.

## 2 OBJETIVOS

Analisar as políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena em Alagoas, buscando compreender os dispositivos institucionalizantes, que auxiliaram as escolas indígenas do estado na superação epistemológica, pedagógica, seus efeitos curriculares, no sentido de (re)direcionar os *saberesfazeres*, referenciar a cultura, tradição e história.

## 3 METODOLOGIA

O trabalho é um recorte de pesquisa de Mestrado, tem natureza qualitativa, e está delineado com a discussão, conceituação sobre o processo e trajetória da educação escolar indígena em Alagoas. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitou analisar fontes como: dissertações, teses, textos científicos e livros elaborados acerca do tema.

---

<sup>1</sup> SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção dos índios no Agreste Alagoano. Maceió: Edufal, 2013.



Como abordagem metodológica, adotou-se a pesquisa qualitativa, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, recorreu-se a dispositivos legais que compreende as políticas públicas do Brasil e em Alagoas que norteiam a Educação Indígena de Alagoas, para dialogar com fundamentação, buscamos em Ferraço (2012); Ferreira; Silva (2021); Mignolo (2017) e Gomes (2012), para discutir perspectivas relacionadas à temática indígena em Alagoas, para analisar a trajetória da educação escolar indígena em Alagoas, compreender as políticas públicas voltadas, discutir a construção das identidades e contribuir para o debate crítico acerca da eficácia das políticas públicas educacionais especificamente indígena em Alagoas.

Para a análise documental, recorreu-se a conceitos e dispositivos legais que compreende as políticas públicas do Brasil e em Alagoas sobre o tema em questão. A técnica realizada nos materiais reunidos faculta ao pesquisador buscar informações factuais nos documentos, que por vezes não estão explícitos, possibilitando ao leitor uma compreensão mais aprofundada do teor do documento, sem, no entanto, manipular o seu conteúdo. Nesse sentido concordamos com Ferraço (2012) ao refletir que:

Vivemos um momento de encontro e descoberta. Às vezes, temos a sensação de que é preciso desvendar algo na escola que está escondido, quando, na verdade, a pesquisa é um pouco daquilo que somos nos múltiplos contextos em que vivemos. Portanto, a pesquisa não pode ser voltada apenas para a análise dos dados, mas deve se constituir na relação do pesquisador com o tema pesquisado.

Concordamos com o pesquisador citado ao inferir que a pesquisa não estaciona na coleta e análise de dados, envolve a interação do pesquisador com o objeto de estudo em que no caso, a educação escolar indígena em Alagoas tem muito a revelar, possibilitando ao pesquisador transformar-se durante e após o processo de pesquisa.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na década de 2000, o governo do estado de Alagoas em 2003, por meio do Decreto Estadual<sup>2</sup>, estadualizou todas as escolas em áreas indígenas, totalizando 17

---

<sup>2</sup> Ferreira (2013); Silva Júnior (2013).



escolas indígenas e delegou a coordenação e manutenção para a Seduc/AL. Com a assunção do Estado de Alagoas, a educação escolar indígena e o espaço escolar ganharam outra dimensão.

Assim, concordamos com Ferreira e Silva (2021, p. 79) ao inferir:

[...] que é fundamental ampliar o ideário de escola e de educação para compreender o significado das políticas para a educação formal em espaços indígenas. O Plano Estadual de Educação (2015-2025) descreve os fundamentos para a Educação Escolar Indígena, considerando a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas em Alagoas, o que indica uma radical mudança de postura entre a Seduc, [e] povos indígenas de Alagoas.

O referido pesquisador dá indícios da importância das políticas públicas e do ideário de escola e educação formal destinada aos indígenas, destacando o possível avanço nos documentos oficiais que reflete sobre políticas educacionais para escolas indígenas em Alagoas como consta no Plano Estadual de Educação – PEE 2015-2025, a seguir:

Os fundamentos da Educação Escolar Indígena são: multietnicidade, pluralidade e diversidade culturais; autodeterminação; comunidade educativa indígena; especificidade e diferença; e interculturalidade. Tais singularidades em Alagoas, se justificam em razão das dificuldades enfrentadas pelos índios e a sociedade nacional, no que se refere a falta de compreensão de sua religiosidade, as grandes dificuldades de acessibilidade às escolas convencionais, geralmente localizadas nos centros urbanos municipais, expondo os/as estudantes principalmente os/as mais jovens, aos riscos de drogadição, alcoolismo e prostituição, [...] os conflitos de terras e políticos entre os povos indígenas e as elites rurais locais, principalmente, e gestores públicos das regiões agravam o quadro (Alagoas, 2015, p. 54).

O Plano Estadual de Educação 2015-2025 (PEE, lei nº 7.795, de 2016) aponta no diagnóstico educacional em Alagoas algumas carências, referentes à Educação Escolar Indígena, no entanto, enxerga-se como desafio e não como meta atender à crescente demanda por creches na Educação Infantil, a ampliação das escolas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e o Ensino Médio, passando ao largo de demandas mais específicas, mantendo caráter genérico, universalista.

Neste ano de 2024, percebe-se ainda alguns entraves em relação a educação escolar indígena em Alagoas, podendo citar: a) O reducionismo ao campo da cultura, permanecendo a ausência de base curricular específica para os povos originários de Alagoas, ou de novas alternativas pedagógicas e metodológicas, como reivindica o



Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena - Fepeeind em suas atas de registro<sup>3</sup>, que reivindicam formações continuadas para professoras/es indígenas em nível de especificidades indígenas; b) As comunidades reivindicam o reconhecimento pelo Estado da categoria de professoras/es indígenas. Há quase duas décadas, permanecem na condição de docentes temporários, precarizados, sem perspectivas ou garantias de proteção social; c) Cobrança para que as escolas indígenas adequem seus currículos a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, (Brasil, 2017), e posteriormente ao Referencial Curricular de Alagoas - Recal (Alagoas, 2019), documento orientador para currículos e planejamentos das/os professores/as em Alagoas.

Como pode ser constatado, a educação escolar indígena em Alagoas está sob a influência de método de organização do currículo baseado na priorização e progressão, considerando as habilidades de cada componente do currículo. O método não abrange as particularidades distintas entre as escolas convencionais e indígenas ao nivelar todas as escolas, independentemente de suas discrepâncias. As 5 Gerências Especiais de Educação<sup>4</sup> - GEE que atendem a EEI<sup>5</sup> seguem as diretrizes e normativas prontas, influenciando verticalmente sobre as comunidades indígenas de Alagoas que resistem tática e pedagogicamente.

Assim, compreende-se que valorizar as diferenças é opor-se às homogeneizações, o currículo, neste sentido, assume a postura para a desconstrução da “matriz colonial do poder” (Mignolo, 2017), que esteja ao lado dos invisibilizados, fazendo a sociedade refletir, enxergar que o modelo societário a que chegamos está exaurido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho traz como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena em Alagoas, buscando compreender os dispositivos

<sup>3</sup> Fórum Permanente de Educação Escolar Indígena em Alagoas. Ata. Reunião em 10/09/2015. Centro de Formação-CEPA, Maceió-AL.

<sup>4</sup> As GEE são Gerências Especiais de Educação e funcionam como representações da Seduc, fazendo a ponte entre a SEDUC e as instituições escolares das redes básicas estaduais de ensino. Todas as escolas da rede estadual estão subordinadas a alguma destas gerências. As Geres estão distribuídas em 13 unidades pelo estado atendendo e normatizando cada número de escolas de determinados bairros ou regiões.

<sup>5</sup> Educação Escolar Indígena.



institucionalizantes, que auxiliaram as escolas indígenas no estado de Alagoas na superação epistemológica, pedagógica, seus efeitos curriculares no sentido de (re)direcionar os *saberes-fazer*s nas escolas das comunidades, ao mesmo tempo que expõe o fracasso das políticas públicas educacionais, destaca possibilidades para construir pedagogias diferentes com articulações curriculares propositivas e emancipadoras, como o direito legítimo de (re)existir, resistir para não subsumir.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria Estadual de Educação de Alagoas. **Plano Estadual de Educação**. Alagoas, 2015 – 2025; 2016.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria Estadual de Educação de Alagoas. **Referencial Curricular de Alagoas**. Alagoas, 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988. Disponível em: [www.senado.gov.br/legislacao/const/](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/). Acesso em: 15 set. 2022.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERRAÇO, Carlos E.; FIORIO, Angela F. C.; LYRIO, Kelen A. Pesquisar com os cotidianos: os múltiplos contextos vividos pelos/as alunos/as. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 569-587, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 22 out. 2022.

FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson. **A educação escolar indígena em alagoas**: espaços, processos históricos e debates. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade**: O lado mais escuro da modernidade. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

OLIVEIRA, Luiz; CANDAU, Vera. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural No Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção dos índios no Agreste Alagoano. Maceió: Edufal, 2013.

As referências deverão ser apresentadas de acordo com as normas da ABNT em vigência.